



Política econômica e evolução desigual da desocupação no território metropolitano fluminense

Economical politics and unequal evolution of the unemployment in the fluminense metropolitan territory

Helcio de Medeiros Junior, Instituto Pereira Passos (IPP-Rio) e GERURB/UNIFACS, hmedeirosjunior@gmail.com.

Economista, Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS), Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR), Mestre em Economia Empresarial

(UCAM) e pesquisador CNPq do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERURB/UNIFACS).

Resumo

Esta investigação tem por objetivo propor a decomposição da taxa de desocupação para maior detalhamento dos efeitos que a influenciam, em resposta à alternativa de política econômica liberal para sua redução. A elevação da taxa de desocupação ao longo de 2015 decorreu da contração monetária efetuada em momento de recessão econômica, que levou à piora das contas públicas e à queda do nível de atividade econômica, ocasionando perda de renda e de emprego. As ações expressam o pensamento novo-clássico, que no Brasil subordina tudo mais ao alcance da meta de inflação, independentemente dos efeitos regionais desiguais, como os sofridos pelos trabalhadores dos municípios periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que arcaram com os maiores custos. A decomposição da desocupação demonstra que na periferia, relativamente à capital, a elevação da taxa foi influenciada pela oferta de trabalho e pela queda da demanda de trabalho.

Palavras Chave: Taxa de desocupação. Política econômica. Decomposição da taxa de desocupação. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cidade do Rio de Janeiro.

Abstract

This investigation has for objective to propose the decomposition of the unemployment tax for better detailing of the effects that influence her, in response to the alternative of liberal economical politics for his reduction. The elevation of the unemployment tax along 2015 elapsed of the monetary contraction made in moment of economical recession, that it took to the worsening of the public bills and the fall of the level of economical activity, causing loss of income and of the job. The actions express the new-classic thought, that in Brazil subordinates everything more to the reach of the inflation goal, independently of the unequal regional effects, as the suffered ones for the workers of the outlying municipal districts of the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, that arched with the largest costs. The decomposition of the unemployment demonstrates that in the periphery, relatively to the capital, the elevation of the tax was influenced by the labor offer and for the fall of the labor demand.

Keywords: Unemployment rate. Economical politics. Decomposition of the unemployment rate. Metropolitan area of Rio de Janeiro. City of Rio de Janeiro.

POLÍTICA ECONÔMICA E EVOLUÇÃO DESIGUAL DA DESOCUPAÇÃO NO TERRITÓRIO METROPOLITANO FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

A desocupação da força de trabalho tem sido tratada pela política econômica dos países capitalistas de centro como o resultado do desequilíbrio causado pela excessiva intervenção nos mecanismos de ajustamento automático via preços em economias de mercado, motivo porque para seu ajuste se demanda maior flexibilidade. Tais proposições, o mais das vezes, são importadas em países periféricos dependentes quando há gestão federal orientada por ideias liberais. Ocorre que, no entanto, não só políticas econômicas sugeridas não eliminam o desemprego involuntário da mão de obra, como também passa ao largo em suas proposições o reconhecimento à existência da desigualdade socioespacial motivada pelas decisões locacionais do capital e seu deslocamento, promovendo também a concentração de atividade econômica em áreas melhor servidas de serviços públicos e condições de vida, que polarizam outras menos aquinhoadas em sua periferia. Este é o caso das áreas metropolitanas nacionais, e mais especificamente o da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que concentra em média dois terços da renda gerada no território fluminense.

Desde o século passado o Estado do Rio de Janeiro, no entanto, perdeu participação relativa na economia nacional (SILVA, 2012) e não presenciou a geração de novos centros regionais que reduzissem a vinculação com o núcleo metropolitano (OLIVEIRA, 2008), apesar de regiões interioranas (Norte Fluminense, Médio Paraíba, Costa Verde e das Baixadas Litorâneas) passarem a apresentar forte atratividade e indicações de aumento da atividade econômica (MEDEIROS JUNIOR, 2013c). Como resultado, na Região Metropolitana ainda se concentravam em 2010 cerca de 74% da população fluminense, 65% da geração do valor adicionado bruto e 77% dos postos de trabalho do Estado (MEDEIROS JUNIOR, 2013a).

A elevada concentração econômica e populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), por seu turno, é marcada pela desigualdade socioeconômica intermunicipal¹, com cidades do entorno ainda dependentes da capital em termos de oportunidades laborais, haja vista parcela relevante dos residentes estarem nela ocupados². Em uma região que não apresentou desenvolvimento econômico na primeira década deste século (MEDEIROS JUNIOR, 2014b), a necessidade de os residentes dos municípios da periferia optarem pela migração diária por motivo de trabalho demonstra quão precária é a atividade econômica local. As perspectivas de mudança, no entanto, não são animadoras, pois menos da metade dos municípios da região³ recebeu investimentos⁴, o que contribuirá para perpetuar e aprofundar a desigualdade existente.

Portanto, além do pensamento novo-clássico (que norteia as ações de política econômica do governo federal) não ter por objetivo minorar os desequilíbrios regionais dos mercados de trabalho em benefício da classe trabalhadora, também desconsidera outros processos em curso, tais como a dinâmica demográfica e da oferta de trabalho. Assim, e com o propósito de identificar para cada recorte – centro e periferia – qual das influências foi determinante para a elevação da taxa de desocupação, este trabalho se estrutura em quatro sessões, contemplando além desta introdução, a segunda, na qual se farão considerações sobre questões teóricas do tratamento da

¹ A taxa média de desocupação na RMRJ em 2010 era de 10,3%, enquanto na capital alcançava 7,2%.

² Do total de 2,4 milhões de pessoas residentes ocupadas nos municípios da periferia em 2010, 25,1% trabalhava na Cidade do Rio de Janeiro (605 mil), enquanto apenas 2,9% dos residentes cariocas estava ocupado fora da capital.

³ Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, São João de Meriti, Duque de Caxias, Seropédica, Paracambi e Itaguaí.

⁴ R\$ 23,4 bilhões entre 2010 e 2012, R\$ 38,5 bilhões entre 2012 e 2014, e, R\$ 55,9 bilhões previstos entre 2014 e 2016, segundo levantamento efetuado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN; 2009, 2012, 2014).

desocupação e a ausência da questão regional em suas formulações, bem como a alternativa metodológica utilizada para decompor a desocupação; a terceira, na qual se fará a análise dos dados e; a quarta e última sessão, que trará reflexões sobre as impressões obtidas da interpretação dos resultados.

POLÍTICA ECONÔMICA: ABORDAGENS TEÓRICAS E TERRITÓRIO

As abordagens teóricas que mencionam o uso de políticas econômicas para tratar de desequilíbrios do sistema econômico são, em síntese, a liberal e a intervencionista. Cada uma adota um posicionamento distinto quanto à forma de tratamento para cada um dos desequilíbrios potenciais, quais sejam: nos mercados, quando há descasamento entre oferta e procura globais; no alcance do pleno emprego *vis-à-vis* o problema nos mercados; no trato monetário e na inflação, e; no relacionamento com o setor externo. Segundo Jacques Généreux (1995), o uso de políticas econômicas para lidar com os desequilíbrios depende de dois fatores: se há, ou não, mecanismos de ajustamento espontâneo dos mercados sem que o Estado intervenha, e se os prazos para o ajustamento são pertinentes para gerar novos equilíbrios. Observe-se que, seja em termos dos desequilíbrios do sistema econômico ou quanto ao uso de políticas econômicas, não há menção ao espaço geográfico como variável a ser considerada para a proposição de soluções dos desvios ao suposto equilíbrio de mercado, o que na prática implica que a desigualdade socioespacial promovida pela ação do capital no território é desconsiderada.

O posicionamento de ambas as abordagens, segundo Généreux (1995), é oposto e suas características são assim resumidas:

[...] A abordagem liberal considera que os mecanismos de funcionamento dos mercados livres permitem geralmente reabsorver automática e rapidamente a maior parte dos desequilíbrios [...] nestas condições as intervenções de política econômica tem, a maior parte das vezes, efeitos nefastos e contrários aos seus objetivos por perturbarem os mecanismos automáticos de equilíbrio. A abordagem intervencionista parte da prova inversa: a inexistência ou a incapacidade dos mecanismos espontâneos da economia de mercado para assegurar em prazos razoáveis o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o equilíbrio externo justificam amplamente o recurso a políticas econômicas. (GÉNÉREUX, 1995, p. 33).

Em termos históricos, a teoria liberal abrange o pensamento dos economistas clássicos⁵, neoclássicos⁶, monetaristas⁷ e, mais recentemente, os novo-clássicos, e é composta por certo conjunto de princípios em constante adaptação às críticas que recebe, mas não abre mão de suas premissas básicas. Suas propostas de ação têm sido largamente utilizadas por governos dos países do centro do sistema capitalista e dominado a política econômica em países dependentes da periferia, por meio de representantes formados em suas escolas que ocupam posições-chave nos governos nacionais. Em termos práticos e tendo em perspectiva a relação capital-trabalho em questão nesta investigação, as premissas dos economistas novo-clássicos não diferem em demasia da dos clássicos/neoclássicos no que diz respeito à capacidade dos mercados se equilibrarem via preços e os agentes (empresas e trabalhadores) se comportarem segundo seus interesses (maximizam suas funções de lucro e utilidade, respectivamente). Divergem apenas quanto às informações disponíveis, cujo acesso para os clássicos/neoclássicos é pleno e para os novo-

⁵ Nos séculos XVIII e XIX, Smith, Say, Ricardo e Mil.

⁶ Do século XIX até hoje, Walras, Pareto, Marshall, Pigou, Schumpeter etc.

⁷ Do século XX até hoje, Friedman e Hayek.

clássicos, parcial. Para ambos, os trabalhadores têm características homogêneas e os indivíduos são racionais, concebendo o funcionamento da economia perfeitamente, o que nivela o mais humilde cidadão ao mais premiado dos economistas.

Estas proposições baseiam-se num mundo idílico proposto por León Walras (1996), no qual as pessoas são livres e dotadas de mobilidade de qualquer natureza para buscarem o emprego que melhor lhes convier, tomam o salário real como referência para decidirem sua inserção no mercado de trabalho e, se este não lhes agrada, decidem voluntariamente se desempregar. Portanto, exceto se estiverem mudando de emprego (desemprego friccional) ou tenham decidido optar pelo lazer (desemprego voluntário), se empregam a qualquer momento. Além disso, por intermédio da curva de Phillips⁸ (que procura elucidar a ligação entre inflação e desemprego), Lucas e Sargent (1978)⁹ propuseram que políticas intervencionistas não são capazes de modificar variáveis reais (emprego e produto) e só geram inflação no curto prazo, sendo preferível deixar ao mercado e ao arcabouço novo-clássico¹⁰ direcionar a economia.

Já a lógica intervencionista iniciada por trabalhos de John Maynard Keynes (1883-1946) considera que, no curto prazo, os preços e os salários são na maioria das vezes rígidos com adaptações não tão automáticas defendidas pelos liberais, mas sim devido a que os agentes preferem ajustar quantidades (emprego, produção, investimento) em vez de preços e salários, e assim manipular oferta e demanda globais nos mercados de outra maneira. Além disso, considera que os desequilíbrios são persistentes, justificando intervenções corretivas do Estado, haja vista os mercados serem imperfeitos. No que diz respeito ao trato dos outros desequilíbrios: a) quanto ao desequilíbrio monetário considera que a moeda não é neutra, pois além do efeito sobre os preços também influencia a produção, o consumo, o investimento e o emprego; b) quanto à inflação, teria múltiplas origens (choques na procura – exportações, despesas públicas etc. –, choques de oferta, investimentos, queda na poupança etc.) e não deveria ser tomada como referência única para a implementação de políticas monetárias. Já quanto ao ajustamento de desequilíbrios externos, os preços não reagiriam sempre como previsto e as trocas externas podem ser pouco sensíveis a variações nos preços.

Em termos dos custos sociais do funcionamento do mercado de trabalho, no que diz respeito ao desemprego conjuntural há evidências históricas que refutam a tese liberal da baixa de salários para reabsorver o desemprego gerado. Em resposta, os defensores da lógica liberal sugerem que o mercado de trabalho sofre de problemas institucionais que tornam rígidos os salários e impedem o seu adequado funcionamento. Ou seja, a falta de liberdade tornaria ineficazes os mecanismos de ajustamento da economia de mercado¹¹. No entanto, segundo Génèreux (1995), as próprias empresas teriam interesse em promover maior rigidez no contrato com trabalhadores de qualidade, o que reduziria seu custo, haja vista que a estabilidade de salários médios mais baixos compensaria a queda da produtividade em momentos de recessão, tal como um seguro¹². De outra forma, a perda dos investimentos feitos na formação dos trabalhadores mais capacitados

⁸ Proposta por Alban W. H. Phillips em 1958, procurou estabelecer uma relação negativa entre a taxa de desemprego e as taxas de variação dos salários nominais.

⁹ Tomando como base expectativas racionais (o futuro é conhecido) e o monetarismo de Milton Friedman.

¹⁰ Compõe-se de independência do Banco Central, que deve funcionar segundo o trinômio credibilidade-reputação-delegação, e do sistema de metas inflacionárias.

¹¹ Segundo essa hipótese, caberia flexibilizar o mercado de trabalho para que os mecanismos de ajustamento via preços se manifestassem.

¹² Teoria dos contratos implícitos.

motivaria pagar-lhes salários superiores ao que teriam em outro lugar, com o propósito de retê-los¹³, e; por fim, para que a produtividade do trabalho não se reduzisse quando os salários variassem, o empregador pagaria salários reais mais elevados (e de custo previsível) para manter seus empregados¹⁴. Estas considerações, por outro lado, não teriam reconhecimento nas premissas keynesianas por centrarem a existência dos desequilíbrios ao pleno emprego no mercado de trabalho, quando na verdade Keynes (1988) postulava que o desemprego seria decorrente da demanda efetiva fraca, levando a que sua solução se desse no mercado de bens e serviços.

Já o desemprego estrutural, decorrente da insuficiência da procura global, não se resolveria pela flexibilidade dos salários, uma vez que o que o faz existir são as transformações ocorridas na estrutura da procura e no processo de produção, estas datadas no último quarto do século XX em razão da reestruturação produtiva que procurou combater a queda da taxa de lucro e da produtividade nos países centrais. As mudanças empreendidas no processo produtivo induziram a que o fordismo desse lugar à acumulação flexível (toyotismo), que leva à maior intensidade da utilização da força de trabalho, flexibilização organizacional dos sistemas de trabalho e ao aumento do desemprego estrutural (MÉSZARÓS, 2006). Segundo Thébaud-Mony e Druck (2007), as mudanças promoveram novas formas de precarização e flexibilização do trabalho, com as empresas procurando “contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às novas mudanças” (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 26). Em decorrência disso, os excluídos das novas formas de contratação deveriam reciclar-se por conta própria ou, quanto muito, demandar recursos públicos em requalificação, já que não haveria por parte das empresas interesse em compensar a inadequação dos empregados à nova realidade determinada pelo sistema capitalista.

PARA ALÉM DA POLÍTICA ECONÔMICA: OS EFEITOS DA AÇÃO DO CAPITAL NO TERRITÓRIO

Como anteriormente mencionado, questões relacionadas aos efeitos da política econômica no território não fazem parte das proposições dominantes (*mainstream*), o que implica desconsiderar a desigualdade gerada pelo desenvolvimento desequilibrado promovido pelo capital (TROTSKY, 1977; SMITH, 1988), que resulta na especialização dos lugares e na divisão territorial do trabalho (LÊNIN, 1988). A ação do capital ao localizar-se no território com vistas à acumulação e sua reprodução, mobiliza a força de trabalho a se deslocar espacialmente (SINGER, 1977; ZELINSKY, 1971) por ter a necessidade de ofertar trabalho e garantir sua sobrevivência (GAUDEMAR, 1977), já que goza de fragilidade intrínseca perante os capitalistas contratantes, representando o elo fraco no diferencial de poder (OFFE; HINRICH, 1989). Ao capital importa ter trabalhadores à disposição no exército industrial de reserva (MARX, 1996), para que possa direcionar a demanda de trabalho com o propósito de reduzir o custo variável, extrair mais-valia e obter maior taxa de lucro, o que faz da desocupação um meio útil para que as relações sociais de produção o valorizem (OCIO, 1995) e o reproduzam.

A reprodução, garantida mediante processo constante de acumulação de capital que não seja inviabilizado por custos variáveis (salários) crescentes (HARVEY, 2013), pode se dar por meios não necessariamente produtivos, mas decorrentes da revalorização do capital pela circulação financeira, levando, assim, à financeirização da economia (BRUNO; CAFFÉ, 2015). Neste particular, por exemplo, se a política monetária se torna contracionista e eleva a taxa real de juros afastando

¹³ Teoria do capital humano.

¹⁴ Teoria do salário de eficiência.

capitais do investimento produtivo, a acumulação se dá por meio de produtos financeiros que lhe garantam a reprodução, preservando a riqueza financeira dos agentes produtivos.

O mencionado exemplo é utilizado pelos teóricos liberais para atacar o desequilíbrio monetário e da inflação com o propósito de garantir as metas inflacionárias, limitando a evolução da demanda agregada a um nível confortável e disciplinando o crescimento dos salários¹⁵. Essa forma de ajustamento, portanto, desconsidera que a queda da renda decorrente da maior desocupação e de menores salários leva à redução da demanda efetiva, com efeitos multiplicadores em todo o sistema econômico (KEYNES, 1988), mas, aparentemente, os empresários preferem que a demissão de trabalhadores seja uma medida para disciplinar seu comportamento em benefício do capital (KALECKI, 1977), inclusive em termos espaciais. Portanto, na proposição novo-clássica a desocupação é variável de ajuste, submetendo trabalhadores à incerteza quanto à sua reprodução (SZMRECSÁNYI; SOUZA, 1980) e a condições socialmente degradantes. Ocorre que a desocupação, a exemplo das características diferentes mencionadas quanto às fontes da inflação, não evolui apenas em resposta à manipulação da taxa de juros, mas sim segundo componentes que a ela são relativamente insensíveis, como se verá a seguir.

A DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO

A desocupação sofre a influência de efeitos que não são levados em conta nas estratégias de ajuste novo-clássico, o que potencializa os resultados perversos de sua manipulação. Em síntese, leva em conta elementos que se relacionam tanto ao comportamento das pessoas quanto das empresas, sendo estas decorrentes da política econômica. Em termos formais, e em conformidade com o proposto pelo Banco Central do Brasil (2014), sua trajetória pode ser decomposta em três efeitos:

$$\Delta TD \approx -(1 - TD) \frac{\Delta PO}{PO} + (1 - TD) \frac{\Delta PIT}{PIT} + (1 - TD) \frac{\Delta TP}{TP} \quad (1)$$

onde: Δ é o operador que identifica a variação da variável de interesse¹⁶; TD é a taxa de desocupação¹⁷; PO é a população ocupada; PIT é a população em idade de trabalhar, e; TP é a taxa de participação¹⁸ (ou de atividade)¹⁹. Segundo a relação proposta em (1), a variação da taxa de

¹⁵ Caso os níveis inflacionários estejam acima da meta de inflação, a função de reação do Banco Central eleva os juros, aumenta a desocupação¹⁵ e reduz a demanda (IORIO DE SOUZA, 1984).

¹⁶ Neste exercício, refere-se à diferença em doze meses, a partir da comparação do trimestre respectivo sobre seu homólogo do ano anterior.

¹⁷ Refere-se à razão entre o número de pessoas desempregadas (D) e a força de trabalho (PFT): $\frac{D}{PFT}$.

¹⁸ Refere-se à razão entre a força de trabalho (PFT) e as pessoas em idade de trabalhar (PIT): $TP = \frac{PFT}{PIT}$.

¹⁹ As variáveis mencionadas na relação de comportamento exposta em (1) referem-se àquelas levantadas pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que substituiu a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) no acompanhamento do mercado de trabalho nacional. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgou informações mensais sobre o mercado de trabalho de seis regiões metropolitanas, das quais extraía uma média "nacional", no período compreendido entre março de 2002 e fevereiro de 2016. Já a PNAD Contínua divulga médias trimestrais mensais desde o primeiro trimestre de 2012 para um conjunto mínimo de indicadores no nível Brasil, e ao cobrir os trimestres civis uma cesta de indicadores mais completa para o nível Brasil, Unidades da Federação (UF's), Regiões Metropolitanas e as capitais das UF's. No entanto, por sugestão da 19ª CIET (Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho) realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em outubro de 2013 em Genebra, foram implementadas algumas mudanças conceituais e propostos novos indicadores para o acompanhamento do mercado de trabalho, tais como: 1) a antiga PIA (Pessoas em idade ativa), composta por pessoas a partir de 10 anos de idade, passou a chamar-se População em Idade de Trabalhar (PIT), e é composta por pessoas a partir dos 14 anos de idade; 2) a antiga PEA (Pessoas economicamente ativas)

desocupação é aproximadamente a soma do resultado de três efeitos: a) o efeito relacionado à população ocupada (efeito PO), ou o comportamento do nível de emprego, tendo este evoluído de acordo com a política econômica praticada pelo Governo Federal, e que por natureza é inverso ao comportamento da desocupação, uma vez que aumentos da ocupação levam à redução do número de desocupados e da taxa de desocupação; b) o efeito devido à população em idade de trabalhar (efeito PIT), que responde às variações demográficas tendo em vista a transição demográfica em curso, e que é direto, pois sua elevação (queda) gera acréscimos (decréscimos) na taxa de desocupação, e; c) o efeito Taxa de participação (efeito TP), ou taxa de atividade, relacionado à pressão exercida pela oferta de trabalho, que varia segundo a opção dos trabalhadores quanto à sua inserção no mercado de trabalho ou pela inatividade. A exemplo do anterior, também age de maneira direta sobre a taxa de desocupação, elevando-a quando aumenta e reduzindo-a quando cai²⁰.

Considerando-se os efeitos nos quais será decomposta a desocupação e a influência exercida pela manipulação dos juros, o efeito PO é aquele que responde mais imediatamente à política monetária, mas os demais não. Uma vez que o efeito PIT diz respeito à evolução demográfica, que para cada recorte espacial é determinado por influências históricas de decisões tomadas no âmbito das famílias, é aquele que menos ingerência recebe das mudanças nos juros. Já o efeito Taxa de participação, expressão da decisão dos trabalhadores em ofertarem trabalho às empresas, reage segundo outros movimentos, como por exemplo a existência de investimentos empresariais, as condições sociais nas quais se encontram as famílias e que refletem suas necessidades, o nível de precarização do trabalho e o desalento da classe trabalhadora.

passou a chamar-se Pessoas na Força de Trabalho (PFT), com pessoas a partir dos 14 anos de idade; 3) a antiga PNEA (Pessoas não economicamente ativas) passou a chamar-se Pessoas Fora da Força de Trabalho (PFFT), e; 4) a Taxa de participação na força de trabalho agora resulta da razão entre PFT e PIT.

²⁰ Para o entendimento da trajetória da taxa de desocupação, se o confronto entre o peso dos efeitos fosse nulo a série seguiria o eixo das abcissas, mas na medida em que a influência de cada efeito age sobre ela, e em termos líquidos a pressiona no sentido de elevá-la, ela evoluirá acima do respectivo eixo, representando aumento do custo social; caso contrário, se posicionará abaixo, o que implica em melhoria social. Além disso, em razão da natureza dos efeitos e do tipo de pressão que exercem sobre a taxa de desocupação, as barras relativas a cada efeito estarão posicionadas acima ou abaixo do eixo, indicando o sentido de sua ação.

A EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO METROPOLITANA FLUMINENSE NO CENTRO E NA PERIFERIA

O comportamento da taxa de desocupação nos dois recortes geográficos privilegiados nesta investigação está expressa na Figura 1 para o período coberto desde a crise internacional com base nas informações mensais fornecidas pela extinta Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Nela se pode perceber que a desocupação no Brasil metropolitano (média das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME/IBGE) evoluiu a maior parte do tempo acima dos níveis da capital (cidade do Rio de Janeiro) e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), enquanto estas últimas apresentaram comportamento muito semelhante.

A evolução diferenciada da capital e da RMRJ em relação à do Brasil metropolitano, por seu turno, tem motivações as mais diversas, tais como as obras necessárias para a realização de eventos na capital (Copa do Mundo e Olimpíadas, por exemplo), à baixa evolução da PIA por questões demográficas e da força de trabalho (PEA) em razão de maiores níveis de rendimento médio, que também são decorrentes do elevado número de aposentados das instituições federais aqui sediadas desde a época em que foi capital federal etc. Entretanto, apesar das mencionadas peculiaridades, a taxa de desocupação reagiu negativamente a partir de 2015, e sua decomposição a partir das informações trimestrais da PNAD Contínua, permitirá observar quais efeitos foram determinantes para sua evolução (Figuras 2 e 3).

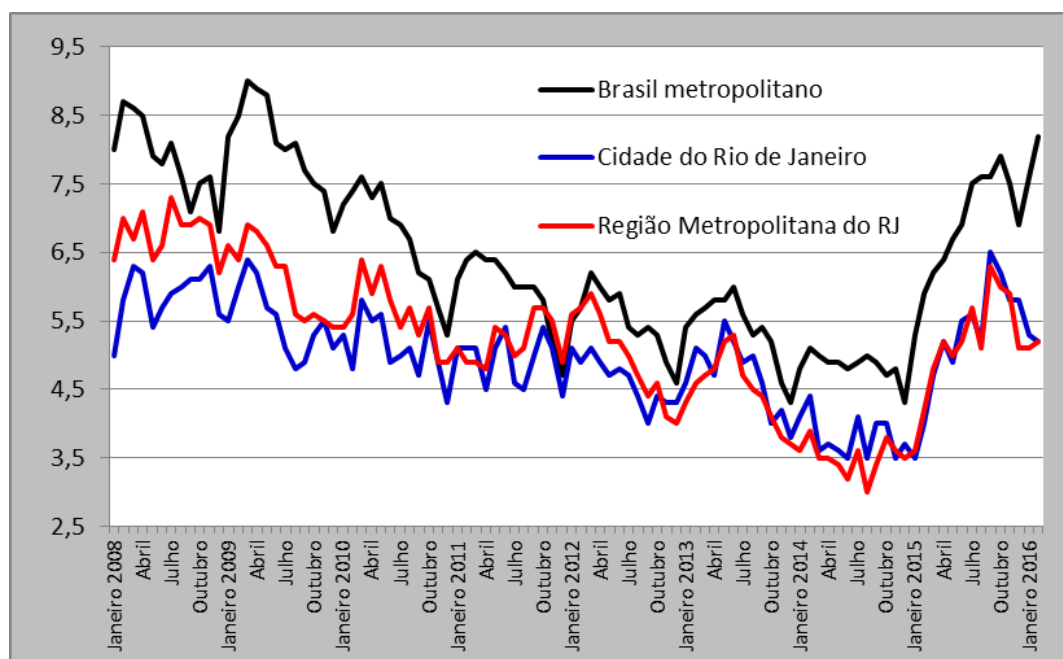


Figura 1 – Taxa de desocupação no Brasil metropolitano, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

Num primeiro momento se pode perceber que a taxa de desocupação na capital (Figura 2) evoluiu até o segundo trimestre de 2015 abaixo do eixo das abcissas, demonstrando que as influências da atividade econômica eram favoráveis à manutenção da desocupação abaixo da existente no ano anterior, enquanto que na RMRJ como um todo a taxa se aproximou daquela existente no ano anterior no segundo trimestre de 2014 e a superou no segundo trimestre de 2015 (Figura 3), demonstrando que as pressões para o aumento seriam devidas às condições existentes nos municípios fora da capital²¹.

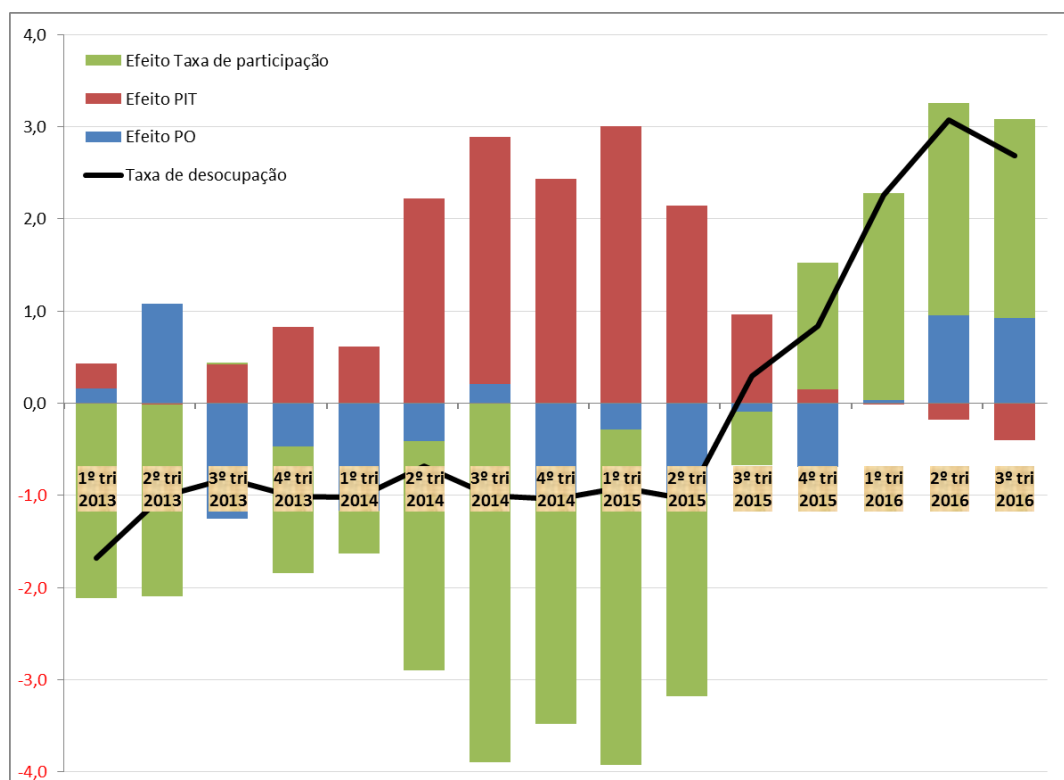


Figura 2 – Decomposição da taxa de desocupação na Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Ao se observar as influências para o comportamento diferenciado em cada um dos citados trimestres, no segundo trimestre de 2014 o efeito PO favorecia a queda da desocupação na capital, mas atuava de maneira contrária na RMRJ, e a oferta de trabalho (efeito TP) contribuía mais fortemente para a queda da taxa na cidade do Rio. Já no segundo trimestre de 2015, aparentemente a ausência de oferta de trabalho (efeito TP) foi determinante para que a desocupação se mantivesse baixa na cidade do Rio, efeito não observável para o conjunto da RMRJ. Ou seja, a demanda de trabalho favorável foi determinante para o comportamento positivo e redutor da desocupação na cidade do Rio no 2º trimestre de 2014, fato que não ocorreu na periferia, e no 2º trimestre de 2015 a redução da oferta de trabalho propiciou a manutenção da taxa de desocupação carioca em níveis inferiores ao do ano anterior, enquanto na periferia aparentemente a estabilidade da oferta de trabalho já se preparava para pressionar

²¹ Para o entendimento da evolução diferenciada da capital e da “periferia”, aqui entendida como o conjunto dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro menos a capital, parte-se do pressuposto que a magnitude das variações e o comportamento dos efeitos da capital e da RMRJ virá elucidar se a cidade do Rio ou a periferia da RMRJ seriam responsáveis pelo resultado analisado.

negativamente a desocupação, como veio a ocorrer no trimestre seguinte de maneira mais clara. Portanto, enquanto na cidade do Rio a mudança de comportamento dos trabalhadores ofertando trabalho no mercado e pressionando negativamente a taxa de desocupação só veio ocorrer no 4º trimestre de 2015, na periferia a deterioração das condições sociais já se apresentava no trimestre anterior. Este comportamento diferenciado sugere, *per se*, que o comportamento regional diferenciado expressa atributos peculiares dos trabalhadores em espaços geográficos diferentes, negando, portanto, a pretensa homogeneidade dos novo-clássicos para todo trabalhador e em qualquer lugar.

Tomando-se os movimentos dos anos de 2013-2014 e 2015, períodos em que apresentou declínio e elevação segundo as informações mensais da Figura 1, observa-se que no primeiro período a redução da taxa foi mais determinada pela queda da oferta de trabalho (efeito Taxa de participação) do que pelo aumento da ocupação (efeito PO) em ambos os recortes geográficos, como demonstra a intensidade de cada efeito, que pressionou a desocupação para baixo até fins do primeiro semestre de 2015 na RMRJ e o 3º trimestre na cidade do Rio, tendo posteriormente alterado sua influência, fazendo com que a pressão se invertesse e a curva cruzasse o eixo com aumentos sucessivos da desocupação.

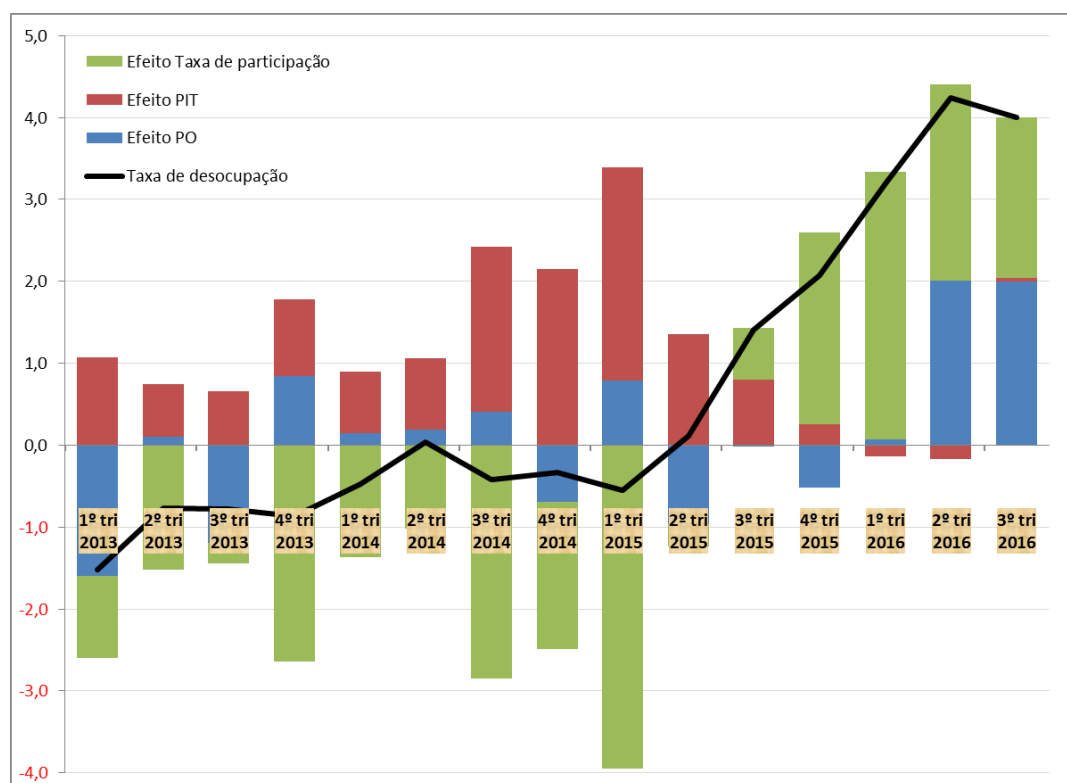


Figura 3 – Decomposição da taxa de desocupação dos municípios da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

A transição em fins de 2014 e início de 2015, quando a taxa de desocupação passa a crescer, foi motivada principalmente pelo aumento da oferta de trabalho, haja vista o efeito TP dominar a parte acima do eixo, tanto na capital como na RMRJ, mas a magnitude do efeito na periferia é maior devido ao fato de que as barras alcançam valores superiores. Além disso, na RMRJ o efeito reducionista da demanda de trabalho (efeito PO) foi inferior ao observado na capital no último

trimestre de 2015. Já em 2016, o primeiro trimestre presenciou para ambos os recortes geográficos o aumento da desocupação motivada exclusivamente pela oferta de trabalho (efeito TP), com prevalência de maior intensidade na periferia. Nos segundo e terceiro trimestres, a queda da demanda de trabalho (efeito PO) passou a pressionar a taxa de desocupação junto com o crescimento da oferta de trabalho, levando a que a intensidade total alcançasse seu recorde. O último trimestre fechado de 2016, no entanto, demonstrou que a desocupação sofreu leve redução no comparativo com o mesmo período do ano anterior em ambos os territórios analisados, mas sua motivação se deu por uma redução do efeito TP, ou da oferta de trabalho, o que sugere desalento dos trabalhadores, haja vista que a demanda de trabalho manteve a mesma intensidade do trimestre anterior.

Em vista do exposto, a especificidade do comportamento recente da taxa de desocupação em cada um dos territórios considerados nesta investigação, mas também e de maneira específica em outras regiões (MEDEIROS JUNIOR; SOUZA, 2016a, 2016c), demonstra que os efeitos da política monetária contracionista praticada pelo Banco Central do Brasil (BCB), de acordo com as premissas do regime monetário de metas de inflação que segue, leva a que se acentue a precariedade dos espaços que não contam com mercados de trabalho mais estruturados, como o da capital. Na periferia, a pressão vivenciada pelo momento recessivo por que passa a economia metropolitana leva a que a força de trabalho busque a inserção no mercado de trabalho a qualquer custo (MEDEIROS JUNIOR, 2016b), por não poder dar-se ao luxo de viver na inatividade, sendo esta fragilidade útil ao capital.

A opção deliberada pela recessão em curso, no entanto, impressiona, quando se sabe que o Governo Federal estava ciente que a economia brasileira havia entrado neste estágio do ciclo econômico no segundo semestre de 2014, segundo a avaliação do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (CODACE/FGV). Ao elevar os juros o BCB agravou o processo em curso à época de enfraquecimento da atividade econômica, sem considerar ainda que: a) os preços administrados, que tinham sido represados no primeiro governo de Dilma Rousseff, haviam sido liberados de uma só vez; b) em decorrência do choque tarifário, ocorreu a elevação dos custos para empresas e famílias; c) a elevação da inflação levou à redução dos salários reais, e; d) estava em processo uma acentuada desvalorização cambial, com efeitos inflacionários, decorrente das incertezas políticas internas que elevaram o risco da moeda brasileira, e da conjugação da desaceleração chinesa e da expectativa de elevação dos juros americanos. Todos os eventos mencionados levariam à queda do PIB e aumento da inflação, combinação perversa que desaguardaria em mais desemprego, mas mesmo assim a equipe econômica preferiu a terapia de choque, ao invés de outra, mais acomodatória.

Como mencionado anteriormente, a recessão promovida pela guinada da política econômica deveu-se ao fato de que para a equipe econômica o aumento do desemprego e a redução dos salários reais são pré-condição para que a economia brasileira se reequilibre, tendo como objetivo o ajuste dos preços para baixo e o aumento dos lucros com vista à elevação do investimento. Desconsidera-se, nesta proposição, que salário “não é apenas uma variável de oferta, ou um custo de produção, mas também é variável de demanda” (ROSSI, 2015). Além disso, e por outro lado, a estratégia de ajuste mediante terapia de choque levou à queda da arrecadação de impostos e, em decorrência, impossibilitou o ajuste fiscal. A este respeito, Assis (2015) ponderava em julho de 2015 que “uma taxa Selic exagerada solapa o ajuste fiscal, já que implica despesas com juros cada vez maiores”. Esse mesmo volume de juros, que segundo Khair (2015c) foi responsável por 96,9% do rombo fiscal nos sete meses de 2015, inviabilizou a meta fiscal de esforço primário e levou à perda do grau de investimento pelas agências de rating, o que era temido pela própria equipe econômica.

Ainda quanto à despesa de juros, e para efeito de comparação, gastava-se em um mês mais do que o Bolsa Família custa durante todo o ano, o que é uma inversão da ordem de prioridade, promovendo impacto considerável na distribuição de renda em benefício dos rentistas (ASSIS, 2015). Portanto, ao insistir desmesuradamente na elevação dos juros, a política econômica posta em prática pelo ministro da Fazenda que iniciou o segundo governo Dilma (Joaquim Levy) inviabilizou a estratégia de ajuste fiscal que pretendeu efetivar (KHAIR; 2015a, 2015b). Ao defender no limite os instrumentos que utilizou, e no afã de alcançar maior meta de superávit primário, cortou ainda despesas de cunho social que beneficiam aqueles que não contam com instrumentos financeiros que os defendam, em benefício da acumulação de capital por meios não-produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação procurou demonstrar que a taxa de desocupação é um indicador de elevada relevância social para efeito de análise, por expressar a angústia daqueles que lutam pela sobrevivência digna e que tem a autoestima abalada quando sua força de trabalho é rejeitada, carecendo de meios apropriados para garantir sua reprodução e a de seus familiares. Para o pensamento novo-clássico a desocupação é variável de ajuste com vistas ao equilíbrio de mercado, haja vista ser um meio para disciplinar a mão de obra e reduzir o custo do capitalista que persegue maior acumulação de capital. Além disso, ao desconsiderarem o território em suas formulações e proposições de política, os novo-clássicos perpetuam e/ou agravam a desigualdade socioespacial que leva à mobilidade da força de trabalho em migrações pendulares por motivo de trabalho, como na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e alimenta o exército de reserva que virá ofertar trabalho conforme seus interesses.

Além do melhor entendimento dos efeitos da política econômica sobre a taxa de desocupação, a metodologia proposta nesta investigação permite aos *policy makers* conhecerem as fontes de variação do desemprego e proporem políticas públicas que minorem efeitos adversos específicos em territórios alternativos, até porque, no momento não há indicação de reversão da trajetória de deterioração social.

Se, porventura, fosse do interesse dos formuladores liberais novo-clássicos minorarem as condições nefastas para a classe trabalhadora, teriam implementado políticas que privilegiassem a continuidade dos programas sociais direcionados para grupos de renda mais baixa, e imposto maior sacrifício aos grupos de renda mais elevada. Ou seja, o ajuste à “normalidade” não seria desproporcionalmente cobrado daqueles que menos possuem. Fazer ajuste fiscal sem mexer no gasto com juros, utilizando ferramentas do arcabouço novo-clássico que os elevem e gerem recessão e desemprego, é, de fato, uma questão de escolha política.

REFERÊNCIAS

ASSIS. Luís Eduardo. Juros exagerados. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B2, 13 jul. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Decomposição da evolução da taxa de desemprego [Box]. **Relatório de inflação**. Brasília, set. 2014, p. 16-18. Disponível em: <www.bcb.gov.br>.

BRUNO, Miguel; CAFFÉ, Ricardo. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil. In: BRUNO, Miguel (Org.). **População, espaço e**

sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015.

FIRJAN. **Decisão Rio 2010-2012**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2009.

_____. **Decisão Rio 2012-2014**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2012.

_____. **Decisão Rio 2014-2016**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GÉNÉREUX, Jacques. **Introdução à política econômica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IORIO DE SOUZA, Ubiratan. **Macroeconomia e política macroeconômica**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1984.

KALECKI, Michael. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: HUCITEC, 1977. (Coleção economia e planejamento. Série teoria econômica).

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KHAIR, Amir. O desafio fiscal. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B9, 5 jul. 2015a.

_____. Recessão x ajuste. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B6, 19 jul. 2015b.

_____. 96,9%. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. B7, 27 set. 2015c.

LÊNIN, Vladimir Ilyich U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. v. 2, 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

LUCAS, Robert F.; SARGENT, Thomas. After keynesian macroeconomics. In: **After the Phillips curve: persistence of high inflation and high unemployment**. Federal Reserve Bank of Boston, 1978.

MARX, Karl. **O capital**. v. 1, l. 1, t. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Desconcentração econômica e atratividade regional no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013a. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>>.

_____. Dinâmica populacional e econômica regional, e o mercado de trabalho fluminense entre 2000 e 2010. In: ENCONTRO DA ANPUR: desenvolvimento, planejamento e governança, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife, ANPUR, 2013b. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>.

_____. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho fluminense: desenvolvimento desigual da renda interna entre 2000 e 2010. In: SEMANA IPPUR: planejamento, desigualdade e justiça social:

desafios para as cidades e regiões, 19., 2013, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2013c.

_____. Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013d. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>>.

_____. Mudanças regionais e a dimensão social do desenvolvimento fluminense nos anos de 2000 e 2010. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2., 2014, Campina Grande. **Anais GT6** - Dinâmicas regionais e socioespaciais contemporâneas. Campina Grande, UEPB, 2014a. Disponível em: <<http://sites.uepb.edu.br/sedres/>>.

_____. Desenvolvimento regional e desigualdade socioespacial fluminense nos anos 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, nov. 2014b. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>>.

_____. Divisão territorial do trabalho, produtividade e desenvolvimento desigual fluminense entre os anos 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: população, governança e bem-estar, 19., 2014, São Pedro/SP. **Anais...** São Pedro/SP, ABEP, 2014c. Disponível em: <<http://abep.org.br/encontro/>>.

_____. Demografia da força de trabalho fluminense em um contexto de desenvolvimento econômico desigual e mudanças demográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO: trabalho, dinâmicas internacionais e os desafios para o Brasil, 14., 2015, Campinas/SP. **Anais...** Campinas/SP, ABET, 2015a. Disponível em: <<http://abet2015.com.br/anais-xiv-encontro-abet/>>.

_____. A taxa de desocupação e sua decomposição na cidade do Rio de Janeiro até setembro de 2015. **Nota técnica IPP-Rio**, Rio de Janeiro, n. 35, nov. 2015b. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3413_nt_35_txdesocup2015_pme_11nov15.PDF>.

_____. O aumento recente da desocupação metropolitana fluminense e carioca: uma questão de política. SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 3., 2016, Blumenau/SC. **Anais...** Blumenau/SC, SEDRES, 2016b. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/soac/index.php/sedres/iisedres>>.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de; SOUZA, Laumar Neves de. A decomposição da taxa de desocupação da Grande Salvador em tempos de crise. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 190, p. 25-35, jan./jun. 2016a.

_____. A decomposição da taxa de desocupação da Região Metropolitana de Salvador em tempos de mudança de política econômica. ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 12., 2016, Salvador/BA. **Anais...** Salvador/BA, EEB, 2016c. Disponível em: <www.eeb.sei.ba.gov.br>.

MÉSZÁROS, Istvan. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OICIO, Domingo. Zurrón. **O emprego na teoria econômica**. São Paulo, EEASP-NPP/FGV, relatório n. 11, 1995.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1989 (Biblioteca Tempo Universitário n. 85. Série Estudos Alemães).

OLIVEIRA, Floriano J. G. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ROSSI, Pedro. Irresponsabilidade é jogar o país em recessão. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A12, Opinião, 15 out. 2015.

SILVA, Robson Dias da. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1990-2008)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**. São Paulo: HUCITEC, 1977. (Coleção economia e planejamento. Série teses e pesquisas).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SOUZA, Guaraci A. A. de. População, força de trabalho e emprego. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.) **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1980.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2012.

WALRAS, León. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

ZELINSKY, Wilbur. The hypothesis of the mobility transition. **The Geographical Review**, 61(2), p. 219-249, 1971.